



Começa o ano legislativo de 2005

(foto Carlos Killian)



LHS fez relato das ações do governo durante o ano de 2004

Em sessão solene realizada no último dia 15, foi aberto o ano legislativo de 2005. O governador Luiz Henrique da Silveira abriu oficialmente a 3ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, com a leitura e entrega aos parlamentares da mensagem que relata as ações desenvolvidas pelo Poder Executivo no ano passado.

Na cerimônia conduzida pelo presidente da Alesc, deputado Julio Garcia (PFL), compuseram a Mesa o presidente do TCE (Tribunal de Contas do Estado), Luiz Suzin Marini, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jorge Mussi, o procurador-geral da Justiça em exercício, Narciso Geraldino Rodrigues, deputado e 1º secretário da Mesa, Lício Mauro da Silveira (PP), além de vários secretários de Estado.

Página 3

Crise na Segurança Pública



(foto Jonas Lenhos Campos)

Audiência pública discutiu as denúncias de corrupção de policiais e pode gerar CPI

Página 5

Comissões

Termina na terça-feira, 1º de março, o prazo para que as bancadas indiquem os integrantes das comissões permanentes da Casa. A partir da abertura do ano legislativo, conforme preconiza o regimento interno, há um prazo de cinco sessões para a apresentação dos nomes pelos partidos para o preenchimento das vagas. A

contagem começou no dia 17 de fevereiro. "Se os líderes não apresentarem os nomes até o dia 1º, a Presidência da Casa o fará", informou o vice-presidente, deputado Herneus de Nadal (PMDB), em sessão por ele presidida no último dia 23, respondendo a questionamento formulado pelo líder do PP, deputado Joares Ponticelli.

CPI da Sapatilha

A instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito referente às irregularidades apontadas pelos ministérios públicos Estadual e Federal no funcionamento da Escola Bolshoi, em Joinville, a CPI da Sapatilha, deve ser instalada no próximo dia 1º, conforme determinação da Presidência,

já que o prazo de duas sessões para indicação de seus integrantes pelas bancadas já está vencido.

Alguns partidos já definiram os nomes. O PT indicou os deputados Dionei Walter da Silva e o líder do partido, Paulo Eccel. e o PP, o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão.



(foto divulgação)

Estiagem mobiliza parlamentares

Agricultura está totalmente comprometida nas regiões Oeste e Meio-oeste

Página 9

Reforma de Estado

As emendas aprovadas às principais propostas do governo

Página central

O acerto da convocação extraordinária

O recente esforço do Parlamento, durante a convocação extraordinária, serviu para mostrar a produtividade desta Assembléia, e a atenção com que os deputados tratam assuntos do interesse da sociedade catarinense. A análise de 29 projetos incluídos pelo Executivo na pauta dos debates provocou a realização de audiências públicas, entendimentos entre líderes, reuniões das principais comissões da Casa e, finalmente, votações em Plenário acompanhadas sempre de perto pela população. Foi aprovado o aprimoramento da reforma do Estado e, entre várias outras matérias, duas que destacamos, por fazerem parte do contexto das mais significativas inovações: a lei que cria o Fundo Social e a que autoriza o estabelecimento de parcerias com as OS (Organizações Sociais).

No bojo da reforma, o governador foi coerente com seu discurso de campanha, que mereceu a aprovação da maioria da população quando foi eleito. Avançou no processo de descentralização, dando às secretarias de Desenvolvimento Regional maior autonomia, criando condições para o estabelecimento de gerências por projetos, de forma a permitir avaliações sistemáticas, dentro de critérios de eficiência e eficácia, de efetividade e relevância – aí entrando a análise do impacto de obras ou programas para o desenvolvimento regional.

Discriminação no Prodetur prejudica Oeste

Ao tomar conhecimento do planejamento de distribuição das verbas do Prodetur Sul, ficamos surpresos ao nos depararmos com o percentual destinado às regiões Oeste e Meio-oeste. Embora as duas somem 20% da população catarinense e preencham 25% do território estadual, apenas 1% do total de 100 milhões de dólares financiados pelo projeto por intermédio do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), estão destinados a elas. O grosso dos recursos vai todo para as cidades da orla marítima.

A constatação nos motivou a encaminhar um pedido de revisão urgente ao governo do Estado, sobre os critérios utilizados para definir a destinação dos recursos do programa, considerando que os critérios atualmente adotados são francamente discriminatórios. Fizemos este encaminhamento através da Assembléia Legislativa, que em seu espectro de atribuições enquanto representação máxima da vontade popular está imbuída da obrigação constitucional e moral de fiscalizar os atos do Poder Executivo, primando, principalmente, pelo princípio da justiça social.

O que está ocorrendo é inaceitável. O Oeste e o Meio-oeste têm fortes atrativos turísticos, tanto aqueles encontrados na natureza quanto os criados pelo homem, num potencial multiplicador.

Ainda neste projeto, há que se destacar a valorização do servidor, que ganhou estímulo à profissionalização, na medida em que 500 cargos de chefia passam a ser reservados aos funcionários públicos de carreira. E também não poderíamos deixar de lembrar a criação da 30ª regional, em Dionísio Cerqueira, o mais distante dos municípios em relação à capital, prova inequívoca do processo de interiorização do governo.

Quanto ao Fundo Social, abre nova perspectiva, pois, com receitas advindas de contribuições voluntárias, o governo espera dispor de até R\$ 250 milhões/ano, para investir em projetos capazes de acelerar o desenvolvimento catarinense.

Já a possibilidade de o Executivo firmar parcerias com OS abre um leque de atuação em áreas de competência não exclusiva do Estado, onde poderão ser supridas deficiências, como no ensino a distância, ou para a elaboração de projetos estratégicos.

Por tais exemplos, você leitor já tem noção da gama de importantes assuntos tratados durante a convocação extraordinária, e pode fazer seu juízo da importância da atuação do Parlamento. Particularmente, tenho a certeza de termos cumprido bem nossa missão pública.

Deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB)

Querem litoralizar o turismo é, no mínimo, uma contradição de um governo que se diz descentralizador.

As potencialidades do Oeste e Meio-oeste são inúmeras. Para citar apenas algumas, relacionamos as águas termais de Águas de Chapecó, Piratuba e Ilha Redonda (Palmitos), ou as águas sulfurosas de São Carlos. Ou as quedas d'água de Abelardo Luz, as pescarias nos inúmeros pesque-pagues do rio Uruguai e outros; a rica região da fruticultura de clima temperado, com destaque à produção de maçã (Santa Catarina é a primeira no Brasil) em Fraiburgo e cidades vizinhas; a área de colonização italiana com sua excelente produção de uvas e vinhos, tais como Caçador, Videira, Tangará, Pinheiro Preto e Salto Veloso; a austríaca Treze Tílias, com sua produção leiteira, paisagem tirolesa e artesanato; a alemã Itapiranga, a primeira a comemorar a Oktoberfest no Brasil; o atrativo da área da usina de Itá; a ferrovia do Vale do Rio do Peixe e o Museu do Contestado, em Caçador, que resgata importante pedaço da História de Santa Catarina e do Brasil. São apenas alguns dos exemplos que ilustram - e justificam - plenamente, que seja feita imediatamente uma revisão no percentual do Prodetur Sul para o Oeste e Meio-oeste.

Deputado Reno Caramori (PP)

Embaixador

Com a finalidade de estreitar os laços econômicos, comerciais e culturais com a Áustria, o presidente da Alesc, deputado Julio Garcia (PFL), recebeu a visita do embaixador da Áustria no Brasil, Werner Brandstetter, e do cônsul daquele país, Peter Athanasiadi. O embaixador disse que está conhecendo o país e pretende manter inúmeros contatos políticos e comerciais, estreitando

os laços já existentes.

Brandstetter aproveitou a estada em Santa Catarina para visitar, no dia 24, a maior colônia austríaca do Brasil, em Treze Tílias, cidade que fica no Meio-oeste catarinense.

"A relação Brasil/Áustria está começando agora e esta visita veio aumentar ainda mais os laços que estão se criando entre os dois países", disse Julio Garcia. (GMP)



Garcia e o embaixador austríaco Werner Brandstetter

Visita

A deputada estadual Antje Ehrlich Strathausen, de 35 anos, da cidade de Erfurt, Estado de Thüringen, antiga Alemanha comunista, em férias por Santa Catarina, acompanhou a abertura dos trabalhos legislativos na Alesc.

Antje pertence ao Partido Social Democrata - o mesmo do primeiro ministro Gerhard Schröder - e é uma das 30 mu-

lheres do Parlamento daquele Estado, composto por 88 deputados. Acompanhada pelo ex-prefeito do município de Videira, Gabriel Bogoni, e esposa, a deputada alemã disse que veio apenas conhecer a Casa legislativa na condição de turista. "Fiquei surpresa com o pequeno número de mulheres deputadas em Santa Catarina", disse a parlamentar. (RMPP)

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)

2º Vice-Presidente: Djalma Berger (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Conselho Editorial: Cármen Leite Rovira, Cleia Maria Braganholo, Maria Ivonete Lessa, Mirela Maria Vieira e Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Boroluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Bruno Corrêa da Silva e Karina Azevedo das Neves

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Estagiários Progr. Antonieta de Barros: Suelen Regina Hilário e Rodrigo César de Araújo

Diretora: Maria Ivonete Lessa

Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenadora: Cármen Leite Rovira

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira, Denise Arruda Bortolon, Magda Audrey Pamplona e Tatiani Magalhães

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adilson Costa, Adriane Canan, Alex Santori, Ana Zandavalli, Andréa Leonora, Celso Rodriguez, Celso Rosa, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Davi Etelvino, Emanuelle Torres, Estevo Dereck, Felipe Nunes, Fernando Mattos, Iran Rosa Moraes, Ivan Pimentel, J Pacheco, Jandy Cortes Real, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Leonardo Lorenzetti, Luciana Pons, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Luiz Hercílio Stefanos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Mário A. Henrique, Milton Alves, Moisés Madeira, Nura Cordeiro, Níkolos Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Sergio Sachet, Ula Weiss, Valmir Matos, Vinicius Hamagushi, e Vitor Santos

Governador abre novo ano legislativo

Antes de ler o tradicional discurso no qual faz um balanço da atuação do governo, Luiz Henrique da Silveira (PMDB) enalteceu o trabalho da Assembleia Legislativa sobre dois fatos recentes. Primeiro, parabenizou os parlamentares pela eleição do deputado Julio Garcia (PFL) para presidir a Casa e a composição eclética da Mesa, integrada por deputados de todas as legendas. Depois, avaliou como positivo o resultado da convocação extraordinária, de 10 de janeiro a 11 de fevereiro.

Em sua mensagem aos parlamentares, LHS reafirmou os compromissos assumidos no Programa de Governo (conhecido como Plano 15). Destacou as 29 secretarias e os 29 conselhos de Desenvolvimento Regional, inaugurando em Santa Catarina uma nova logística de governo, para, segundo ele, dar respostas rápidas e objetivas ao povo catarinense. "Essa reestruturação profunda da administração estadual tem como ferramentas a descentralização e a modernização tecnológica do governo e a municipalização de obras e ações, dentro de absoluta prioridade social", afirmou.

Segundo ele, a consequência deste trabalho é uma inédita soma de obras e realizações, feitas no tempo recorde de 24 meses. "Nesse

tempo, inauguramos 370 quilômetros de pavimentação com asfalto, o que representa 74% do total de 500 quilômetros", informou.

Transparência - Após a leitura da mensagem do governador, o deputado Julio Garcia (PFL), encerrou a sessão solene agradecendo a visita e destacou a transparência dos seus atos e na interação com o povo catarinense. "Nosso objetivo não é outro se não o de manter, de forma razoável, nossa independência em convivência harmônica com os demais poderes constituídos", concluiu.

Depois da abertura dos trabalhos, é comum a visita dos deputados ao Palácio do Governo. Como o Centro Administrativo do Estado foi transferido para a SC-401, aumentando a distância da Alesc (antes situava-se na frente da Assembleia Legislativa), os deputados e o governador decidiram se reunir no gabinete da Presidência.

Todos os deputados da base governista participaram da reunião com o governador Luiz Henrique e o presidente da Alesc, deputado Julio Garcia. Também estavam presentes a prefeita de Nova Trento, Sandra Rachadel (PMDB), o secretário da Administração do Estado, Marcos Vieira, e o diretor do Badesc, Miguel Ximenes. (TK/TM/MAP)



Relatório apresentado por Luiz Henrique foi alvo de embates entre governistas e opositores

Deputados debatem postura de LHS

O deputado Afrânio Boppré (PT) utilizou seu espaço em Plenário na tarde do dia 16, para se manifestar sobre a mensagem do governador na solenidade de abertura dos trabalhos legislativos de 2005, no dia 15. Boppré começou citando uma frase da mensagem do governador, que comparava os intelectuais que exigiam a construção da torre Eiffel, em Paris, com aqueles que criticam a reforma administrativa por ele proposta: "Quanto às resistências que toda e qualquer mudança gera, nenhuma novidade. Em verdade, há dezenas de exemplos de como, decorridos alguns anos, essas reações revelam-se erradas, quando não cômicas". O deputado afirmou que o governador, ao dizer isso, pode se considerar um apologista.

O petista ainda fez um questionamento: "Será que todos que divergem do governador estão errados? Eu acho que o exemplo dado pelo governador foi simplório para tentar legitimar suas propostas", afirmou. Boppré concluiu pedindo que o governador mostre o verdadeiro sentido das mudanças e afirmou que o que LHS faz não são reformas estruturais, mas iniciativas orientadas pelo neoliberalismo e reforçam o *status quo*. "Por isso, digo ao governador que vou reagir a estas supostas

mudanças, meramente discursivas", concluiu.

Réplica - O discurso do deputado petista incomodou a bancada governista. O deputado Manoel Mota (PMDB) pediu um aparte no horário do líder do governo, João Henrique Blasi, para iniciar sua defesa ao discurso do governador Luiz Henrique da Silveira. "Este é um momento de reflexão. Antes se governava apenas entre quatro paredes e se as mudanças que o governador implantou neste Estado não podem ser consideradas uma reforma, o que poderá ser, então? A democracia é a força da maioria para que a minoria não detenha o comando", completou Mota.

"Não é possível aceitar que o deputado Boppré deslegitime o governo de um governador que foi eleito pela maioria", afirmou Blasi, referindo-se ao discurso do petista, no qual comentou que Luiz Henrique da Silveira seria um "governante de plantão", referindo-se ao chavão usado na época da ditadura militar.

Boppré pediu um aparte para esclarecer o que ele chamou de mal-entendido. "Só quis dizer que o governador não irá ocupar o cargo para sempre. Disse no sentido de ser um governo passageiro e não pretendia fazê-lo à época da ditadura militar", explicou. (GMP/TK)

SDR

O deputado Joares Ponticelli (PP) voltou a criticar as Secretarias Regionais de Estado. Em discurso no dia 16, em Plenário, citou o resumo das realizações da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Tubarão apresentado na mensagem entregue pelo governo aos deputados um dia antes, na sessão solene. Segundo o ele, o balanço apresentado confirmaria o discurso da oposição durante o ano de 2004. "Essas secretarias não têm outra função a não ser a de garantir bons cargos e grandes salários", afirmou.

Ponticelli comentou alguns pontos citados na mensagem do governador, como cultura e desenvolvimento tecnológico. "A apresentação, na região, da Orquestra Sinfônica de Santa Catarina, e o investimento de R\$ 209 mil em projetos é muito pouco. Isso é o mínimo. Há coisas que a SDR (Secretaria de Desenvolvimento Regional) fez que não era mais do que sua obrigação", salientou.

Em resposta, o deputado Manoel Mota (PMDB) comentou que Ponticelli não leu os investimentos realizados nas áreas de saúde e educação nessa região e declarou: "Eu quero resgatar a verdade. O que o governador investiu nesses dois anos e o que o seu governo investiu, numa comparação, eu ficaria envergonhado. O PMDB sempre foi assim, luta por uma vida mais digna", completou Mota. (GMP/MAP)

Quinze anos do Código de Defesa do Consumidor

Uma feira no hall da Alesc, mostrando atividades desenvolvidas por órgãos e entidades que têm sido os principais aliados dos cidadãos na conscientização e defesa de seus direitos nos últimos 15 anos. Esta é uma das propostas que estão sendo articuladas entre o Centro de Apoio Operacional do Consumidor do Ministério Público e o Legislativo catarinense para marcar os 15 anos do Código de Defesa do Consumidor.

Os acertos para realizar o evento começaram na manhã do dia 22, quando o coordenador do Centro de Apoio do MP, Fábio de Souza Trajano, esteve conversando com o presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL). Vigilância Sanitária, Cidadasc, Inmetro e Corpo de Bombeiros estariam entre os participantes da feira.

Trajano também entregou a Julio Garcia uma proposta que

prevê a criação do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor, com a implementação de um fundo estadual para gerir os recursos arrecadados com as multas aplicadas em quem descumprir o Código. Atualmente, esses recursos vão para o Fundo Estadual de Bens Lesados.

Alguns municípios, como Chapecó e Criciúma, já implantaram o fundo. Os recursos seriam usados, por exemplo, para melhor estruturar o Procon. Ele exemplifica que ainda hoje o atendimento ao público é feito através de fichas de papel. "O presidente disse que vai encaminhar a proposta para uma análise técnica. Esperamos que a Assembleia empenhe esforços para viabilizar esta iniciativa. Queremos proporcionar uma melhor estrutura para a defesa dos consumidores, sob o risco de diminuirmos direitos já consagrados", esclareceu Trajano. (SD)

Celestino Secco assume presidência da Escola do Legislativo

Em substituição ao deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), foi empossado na presidência da Escola do Legislativo, na tarde de terça-feira, 22, o deputado Celestino Secco (PP), que assume a nova função anunciando que uma de suas metas é capacitar os funcionários da Assembléia para que sejam um instrumento de aproximação entre a sociedade e o Parlamento. Secco estará à frente da Escola do Legislativo nos próximos dois anos.

"Quero que o funcionário se sinta um agente transformador do Legislativo e não apenas um servidor", disse o parlamentar. A cerimônia de posse foi realizada na Sala de Imprensa da Alesc, com a presença dos deputados Dentinho, que transmitiu o cargo, do presidente da Casa, Julio Garcia (PFL), e de Joares Pon-

ticelli e Lício Mauro da Silveira, ambos do PP.

No discurso de posse, Secco disse que a Escola do Legislativo é uma extraordinária ferramenta de encontro entre as necessidades da sociedade e o Parlamento estadual. A Escola foi criada em 2000 e, desde então, capacitou mais de 5 mil alunos, entre parlamentares, servidores públicos estaduais, das câmaras municipais e da Alesc, e pessoas da comunidade. Entre as atividades desenvolvidas estão seminários, cursos, palestras, parcerias com outras instituições e com organizações comunitárias, objetivando ações afirmativas e de inclusão social.

O novo presidente da Escola pretende mudar o regimento da instituição. "Em cinco anos, a sociedade mudou muito, o que pede uma alteração do regimento", justificou. (MAP)



Deputados Dentinho, Julio Garcia, presidente da Casa, e Celestino Secco

(foto Carlos Kilian)

ICMS ecológico nos municípios

(foto Carlos Kilian)

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), vai se reunir com o governador Luiz Henrique da Silveira nos próximos dias para tratar do gerenciamento dos 25% do ICMS que são da responsabilidade do Estado. Esse encontro é resultado de uma solicitação do deputado Francisco de Assis (PT), que no dia 17 já havia se reunido com o presidente da Alesc para pedir a elaboração pelo Legislativo de uma minuta de projeto de lei que regulamente a questão, conforme preconiza a Constituição Federal.

A proposta foi elaborada por uma comissão formada por técnicos da Alesc, Fátma (Fundação do Meio Ambiente) e secretarias estaduais da Fazenda e do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente, baseados no PLC (Projeto de Lei Complementar) nº 10/03, conhecido como projeto do ICMS Ecológico, apresentado pelo deputado Assis. O PLC propõe que a distribuição do ICMS aos municípios leve em conta, entre outros fatores, os valores que cada cidade investe em ações de proteção ao meio ambiente.



Pleito de Assis (à direita) será encaminhado por Garcia ao governador

A comissão trabalhou um ano na elaboração de uma proposta de projeto de lei. A intenção, ao apresentá-la ao governador, é que o Executivo complemente o projeto, para que ele seja remetido ao Legislativo. "Quem ganha com essa proposta são as pessoas. Pois os prefeitos vão querer investir mais em ações ambientais para receber uma parte maior da arrecadação do ICMS", enfatiza o deputado Francisco de Assis. O PLC nº 10/2003 ainda está tramitando nas comissões da Casa.

O Paraná foi o primeiro Es-

tado a implantar o ICMS Ecológico, em 1991. Depois foi a vez de São Paulo (1993), Minas Gerais (1995), Rondônia (1996), Rio Grande do Sul (1997), Mato Grosso (2000), Mato Grosso do Sul (2001) e Rio de Janeiro (2001). Nos estados de Goiás, Espírito Santo, Bahia, Pará e Ceará os projetos estão em tramitação. Como Santa Catarina ainda não tem uma lei estadual que regulamente a distribuição dos 25% da arrecadação do ICMS, esse valor é dividido proporcionalmente à arrecadação de cada município. (MAP)

Interlegis

Outra meta do novo presidente da Escola do Legislativo é a melhoria do espaço físico para que o programa Interlegis, promovido pelo Senado Federal e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), entre efetivamente em funcionamento.

O Interlegis foi criado em 1997 e integra as 26 assembleias estaduais do Brasil, o Senado e a Câmara Federal e o TCU (Tribunal de Contas da União) através, dentre outros recursos, de uma rede privada de transmissão de voz e imagem que possibilita a realização de videoconferências. "Com um novo espaço físico, poderemos usar os recursos de videoconferência", disse Secco.

Ele agradeceu a Julio Garcia pela indicação ao cargo, que considera de grande visibilidade pública. "É preciso ter confiança, e esta me foi dada." Celestino Secco também parabenizou o deputado Dentinho pelo trabalho desenvolvido durante sua gestão, em 2003/2004. O

petista agradeceu aos funcionários da Escola pela dedicação e eficiência no desenvolvimento dos trabalhos. No período em que presidiu a instituição foram lançados o livro e a revista da Escola do Legislativo. Também foi oferecido gratuitamente o curso pré-vestibular para pessoas carentes e criado o programa Antonieta de Barros, que oferece bolsas de trabalho para alunos carentes. Dentinho elogiou a indicação de Celestino Secco para substituí-lo. "É um professor experiente e parlamentar dedicado. Vai fazer um excelente trabalho."

Julio Garcia enalteceu a atuação de Celestino Secco na administração pública e na área da educação. "A indicação não podia ser mais apropriada. Ele terá total liberdade para realizar o trabalho que queira." O presidente também agradeceu a Dentinho por seu empenho no comando da Escola nos últimos dois anos. "Queremos dar continuidade e incrementar o trabalho que já está sendo feito." (MAP)

Corrupção na Segurança em Joinville pode gerar CPI

A crise no setor de segurança em Joinville, com denúncias de corrupção envolvendo policiais civis e o afastamento de dois delegados poderá ser alvo de investigações pelos parlamentares, através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. As denúncias e seus desdobramentos foram discutidos na manhã de quarta-feira (23), em audiência pública realizada pela Comissão de Segurança Pública, presidida pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT). Os deputados ouviram o corregedor de Polícia, Ilton Vieira, o delegado regional de Joinville, Marco Aurélio Marcucci, e o delegado afastado, Zulmar Valverde da Silva. No final, foi aprovada moção, requerida pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT), propondo ao chefe geral de Polícia, Ricardo Lemos Tomé, e ao secretário da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedit, reverter a situação de Valverde e também do delegado Dirceu Silveira Júnior.

O corregedor Ilton Vieira confirmou ter sido designado para realizar a investigação sobre a prisão de sete policiais civis, acusados de corrupção, que compunham a extinta DIC (Divisão de Investigação Criminal) de Joinville, mas se ateve ao direito constitucional de não se manifestar sobre o caso alegando que o inquérito ainda estava em andamento e várias peças estavam sob sigilo de Justiça. Ele assumiu que, por determinação superior, foi responsável pelo afastamento dos dois delegados, para que pudessem ser apurados os motivos do grande número de inquéritos que



Valverde, delegado afastado, Ilton Vieira, corregedor, e Marcucci, delegado regional

não foram concluídos no prazo legal.

Marco Aurélio Marcucci, como delegado regional, ratificou que teve sete de seus policiais presos e acusados de corrupção e que não vê nada de anormal sobre os casos, que culminaram, junto com mais de 3 mil inquéritos parados, com o envio ao município de uma força-tarefa liderada por Tomé. "Também estou sendo investigado pela Corregedoria e coloquei à disposição minhas contas bancárias e telefônicas para que fossem averiguadas", observou.

Estrutura - Valverde, que presidiu o auto de prisão em flagrante de dois policiais, acusados de corrupção, disse que en-

caminhou os inquéritos com todas as provas bem fundamentadas para a Justiça. "Com o resultado desse caso ainda pedi a prisão preventiva de outros dois policiais."

Representantes de sindicatos voltaram a alertar sobre a estrutura precária da Segurança Pública. Falta de efetivo, de equipamentos, de treinamento, foram apontados pelo presidente do Sintrasp (Sindicato dos Trabalhadores em Segurança Pública no Estado), João Batista da Silva, como determinantes à baixa qualidade no setor. O procurador de Marcucci, o ex-deputado e advogado João Rosa, que atuou como delegado no município por mais de 20 anos,

apresentou um histórico das deficiências na área. Ex-secretário da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, o deputado João Henrique Blasi afirmou que o *calcanhar de Aquiles* de Joinville, e que se tornou uma situação crônica, é a falta de efetivo, mas salientou que, particularmente, não é favorável ao afastamento dos dois delegados. "Se foi por atraso dos inquéritos, acredito que mais gente deveria ser afastada", ponderou.

Encaminhamento - Por sugestão do deputado Dionei Walter da Silva (PT), com aprovação dos demais membros da Comissão, deverá ser encaminhada moção à Secretaria da Segurança para reverter o ato de afastamento dos dois delegados. O presidente Wilson Vieira - Dentinho (PT), ao final da audiência pública, repudiou as ausências do delegado chefe de Polícia Civil, Ricardo Lemos Tomé, e do secretário Ronaldo Benedit, considerando que prejudicaram o andamento das discussões propostas.

"De qualquer forma, concluímos que houve perseguição política contra os delegados Valverde e Dirceu. Vamos nos reunir com os membros da Comissão nos próximos dias para definir os encaminhamentos e, se houver providências a serem tomadas, com certeza, uma delas será a criação de uma CPI", assegurou. Participaram da audiência pública os deputados Celestino Secco (PP), Francisco Küster (PSDB), Manoel Mota (PMDB), Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) e Joares Ponticelli (PP). (CA)

Conferência sobre biodiversidade

Se depender da vontade e iniciativa do deputado Sérgio Godinho (PTB), presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, a capital catarinense deverá ser a sede da COP 8 (8ª Conferência das Partes da Convenção Sobre Diversidade Biológica) e do 3º Encontro das Partes da Convenção do Protocolo de Cartagena ou Biossegurança, em 2006. Com essa finalidade, Godinho chamou para uma reunião na Alesc, no dia 15, representantes de entidades públicas e privadas, e formou uma comissão para trabalhar com esse intuito. No sábado, 26, Godinho e a Comissão, reúnem-se com a ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, e com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Participaram da reunião o vice-prefeito da capital, Rubens

"Bita" Pereira, representantes da Udesc (Universidade do Estado de Santa Catarina), ABIH/SC (Associação Brasileira das Indústrias de Hotéis), Abav/SC (Associação Brasileira de Agências de Viagens - seção Santa Catarina), Polícia Rodoviária Federal, direção do Centrosul (Centro de Eventos de Florianópolis) e do Aeroporto Internacional Hercílio Luz.

Após a 7ª Conferência, realizada na Malásia, em 2004, a pedido da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ficou definido que o evento seguinte seria realizado no Brasil. Inicialmente, as cidades de Florianópolis, Curitiba, Salvador, Foz de Iguaçu e Porto Alegre disputavam a possibilidade de sediar o evento. Mas, depois da entrega de um documento que enumerava as potencialidades de cada

cidade quanto à infra-estrutura, apenas Florianópolis e Curitiba continuaram na disputa.

"Eu fui o único secretário de Estado que entregou o documento pessoalmente à ministra", disse Godinho, que deixou a Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente

no final do ano passado para reassumir a cadeira de deputado estadual. "Temos mais de 20 mil leitos de hotéis, num raio de 10 quilômetros do Centro de Eventos onde acontecerá a conferên-

cia", exemplificou.

No dia 16, o deputado viajou para Brasília, onde reuniu-se com a ministra Marina Silva e pediu o apoio à candidatura de Florianópolis. Também par-



Godinho mobilizou governo, iniciativa privada e órgãos ambientais

ticiparam do encontro a senadora Ideli Salvatti (PT/SC), o prefeito Dário Berger (PSDB) e o gerente comercial e de marketing do Centro de Eventos de Florianópolis, Leonardo Vieira. A escolha da cidade que vai sediar o evento está marcada para sexta-feira, 25.

O evento - Estima-se para a COP 8 uma participação de cerca de 6 mil pessoas provenientes de 190 países. O evento irá debater temas como biodiversidade e biossegurança. "É uma realização semelhante à Eco-92" comparou Godinho. A Eco-92 (2ª Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente) foi realizada no Rio de Janeiro, há 13 anos. (MAP)

Fundo Social

Aprovado por 24 votos, o Projeto de Lei nº 3/05, que cria o Fundo Social, proposto pelo governo como forma de viabilizar investimentos em programas de inclusão social, com base em contribuições voluntárias, perdão de dívidas relativas ao ICMS e renúncia fiscal, recebeu as seguintes emendas:

Emendas aditivas:

1. Ao parágrafo 1º, nº16, objetiva preservar a destinação de recursos ao poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público e ao TCE (Tribunal de Contas do Estado) prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei do Orçamento Anual para 2005. A medida proposta visa assegurar aos poderes e órgãos mencionados a manutenção dos mesmos níveis de participação no bolo orçamentário.

2. Nas hipóteses de situação de emergência, estado de calamidade Pública fica dispensada a apresentação de projetos para o emprego de recursos do Fundo Social dos municípios atingidos.

3. No Artigo 9º não se aplicam os créditos em litígio decorrentes de contratos celebrados ao abrigo do Prodec (Programa de desenvolvimento da Empresa Catarinense).

4. Fica o Poder Executivo autorizado a compensar os demais poderes, o Ministério Público, o TCE e a Udesc, na hipótese de as receitas tributárias estimadas no orçamento do corrente exercício não se realizarem.

5. Os recursos doados ao Fundo Social em decorrência da aplicação do Artigo 13 serão investidos em projetos de inclusão e promoção social de geração de emprego e renda vinculados a obras de infra-estrutura logística para exportação.

Emendas supressivas:

1. Foi suprimido o inciso II do Artigo 2º, que determina que os recursos do Fundo Social poderão financiar e fazer parcerias com outros fundos municipais, estaduais, nacionais, internacionais, públicos ou privados, organizações sociais ou não-governamentais, bem como as demais instituições que tenham finalidades de programas congêneres.

2. Foi suprimido o Artigo 15, que previa autorização aos contribuintes ou doadores de recursos, de inclusão do nome do participante e colaborador privado ou do município, nas divulgações de caráter informativo das ações e programas desenvolvidos a partir dos recursos carreados ao Fundo Social.

Emendas Modificativas:

1. Ao inciso I do Artigo 8º, que ficou assim: "Os programas desenvolvidos pelo Fundo Social poderão contar com a participação e a colaboração de pessoas jurídicas contribuintes do ICMS cujo valor de contribuição poderá ser compensado em conta gráfica, até o limite de 5% do valor do imposto mensal devido, sem prejuízo dos repasses referidos aos artigos 38, 58, 81, 98 e 133 da Constituição do Estado."

2. O Artigo 9º determina que o sujeito passivo responsável por obrigação tributária, vencida até 31 de julho de 2004, originária de crédito tributário inscrito ou não em dívida ativa, objeto de litígio administrativo ou judicial, poderá realizar transação com o Estado de Santa Catarina, mediante contribuição voluntária ao Fundo Social correspondente a 50% do valor do crédito tributário devido.

3. Ao inciso III do Artigo 10º, que ficou com o seguinte teor: "A interrupção de qualquer das contribuições mensais assumidas voluntariamente implicará na perda dos descontos, previstos no Artigo 9º, seguido da consolidação do crédito tributário e execução pelo valor originário, com os acréscimos legais".

Emenda redacional:

O inciso II do Artigo 2º do projeto original passou a ter a seguinte redação: "Os recursos do Fundo Social poderão servir para financiar despesas decorrentes de projetos realizados em parcerias com municípios, outros estados da Federação, União e seus órgãos, ou entidades privadas, organizações sociais ou não-governamentais, bem como demais instituições que tenham como finalidades e programas congêneres."

Redação final administrativa prov

Doze dias após o término da convocação extraordinária e aprovação da reforma administrativa, os líderes de oposição Joares Ponticelli (PP) e Paulo Eccel (PT) afirmaram, durante a sessão plenária de quarta-feira (23), desconhecer a redação do projeto que reestrutura a organização do Estado. Eles disseram ainda que, com o fim do trabalho de correções para o envio da ma-

téria à sanção do governador, irão analisar em suas respectivas bancadas a obediência do texto às normas legais e constitucionais. "A Executiva Estadual do PT já avalizou a bancada para que proponha todas as Adins (Ações Diretas de Inconstitucionalidade) cabíveis. Não sabemos absolutamente nada de como ficaram as emendas", diz Paulo Eccel. As mesmas medidas devem ser tomadas pela bancada do PP, informa Ponticelli.

O presidente da Assembléia, deputado Julio Garcia (PFL) deu o autógrafa na mesma tarde (23) às matérias aprovadas durante a convocação extraordinária e que agora seguem para a sanção do governador Luiz Henrique da Silveira. O líder do governo, João Henrique Blasi (PMDB), destacou que a redação final é um trabalho feito pela assessoria técnica da Casa, mas defende que este trabalho é proporcional ao volume gerado pelo projeto apreciado (reforma administrativa).



Deputado Joares Ponticelli



Deputado Paulo Eccel

Redação final - Normalmente adequações às proposições são feitas antes da redação ser votada em Plenário. Mas, da reforma administrativa, a redação final foi votada em sessão extraordinária logo em seguida à aprovação. Por se tratar de matéria prioritária (convocação extraordinária), ela pode dispensar as emendas regimentais. As emendas ao texto foram enviados para

Fundo do Plano de Saúde

O Projeto de Lei nº 12/05, que cria o Fundo do Plano de Saúde dos servidores públicos estaduais, foi aprovado no último dia da convocação extraordinária (11). Sua aprovação foi determinada por 23 votos a 15. O Fundo cobrirá as despesas decorrentes de atendimento médico-hospitalar, bem como dos atos necessários ao diagnóstico e ao tratamento. As emendas aprovadas ao projeto original são as seguintes:

Emendas Modificativas:

1. De autoria do líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), a primeira trata da supervisão superior do Fundo, que passa a ser feita por um Conselho Consultivo e não mais pelo secretário da Administração, como estabelecia o texto remetido pelo governo. Fazem parte desse Conselho representantes de várias secretarias estaduais, Assembléia Legislativa, tribunais de Justiça e de Contas, Ministério Público Estadual e ainda dois representantes dos servidores.

2. Quatro são de autoria da bancada do PT. A primeira determina que

a contribuição mensal dos servidores-participantes do Plano de Assistência à Saúde será definida em projeto de lei complementar, a ser encaminhado pelo governo estadual após deliberação do Conselho Consultivo, em percentual sobre o total de sua remuneração, proventos ou pensão previdenciária, a ser descontado em folha de pagamento. Outra modificação autoriza o Conselho a baixar as normas complementares, e não mais o secretário da Administração, conforme previa o projeto original. A terceira emenda determina que a prestação de contas da gestão financeira do Fundo será feita trimestralmente ao Conselho e em audiência pública no Legislativo. Ao Tribunal de Contas do Estado, a prestação de contas será feita a cada exercício. A última emenda refere-se à operacionalização do Fundo. A elaboração dos planos de aplicação, programas e atividades que poderão ser executados com os recursos do Fundo serão submetidos ao Conselho Consultivo e não mais ao secretário de Administração, como previa o projeto original. (MAP/RMPP)

Por 23 votos, o projeto de lei aprovou o Fundo do Plano de Saúde dos servidores públicos estaduais, que institui o Fundo de Incentivo Social, cujo objetivo é a descentralização de serviços de saúde em municípios e estados. O projeto também prevê a criação de órgãos de controle e fiscalização, a fim de garantir a qualidade dos serviços e a eficiência na aplicação dos recursos. O texto prevê a criação de um Conselho Consultivo, que terá a função de supervisionar a gestão financeira do Fundo, e a criação de um Conselho de Aplicação, que será responsável por elaborar e executar os planos de aplicação, programas e atividades que poderão ser executados com os recursos do Fundo. O projeto também prevê a criação de um Conselho de Controle e Fiscalização, que terá a função de garantir a qualidade dos serviços e a eficiência na aplicação dos recursos. O texto prevê a criação de um Conselho de Controle e Fiscalização, que terá a função de garantir a qualidade dos serviços e a eficiência na aplicação dos recursos.

Estas organizações deverão comprovar o resultado do trabalho realizado, a fim de garantir a transparência e a eficiência na aplicação dos recursos. O texto prevê a criação de um Conselho de Controle e Fiscalização, que terá a função de garantir a qualidade dos serviços e a eficiência na aplicação dos recursos.

da reforma ca novos embates



Deputado João Henrique Blasi

As principais mudanças provocadas pelas emendas, conforme o relator, João Henrique Blasi:

- Adiamento da extinção da Fesporte e da Fundação Catarinense de Cultura até 31 de dezembro de 2005, ou enquanto não forem criadas as Organizações Sociais que cuidariam destas atividades. A medida, segundo Blasi, propicia tempo para que haja um amplo debate com os setores cultural e esportivo.

- Supressão do artigo que trazia de volta os controladores de velocidade, conhecidos como pardais, às rodovias catarinenses. Os pardais foram extintos por lei estadual de autoria do ex-deputado Paulo Bornhausen (PFL).

- Manutenção explícita textualmente dos direitos dos servidores públicos frente à reforma.

- Manutenção do nome Codesc e ampliação das suas atribuições.

- Manutenção das gratificações já recebidas pelos servidores estaduais. (SD)

as
ova-
nal
aso
da-
ex-
sua
ma-
tra-
exi-
as e
vivi-

são de Expediente, que insere as emendas e confere o texto. Depois segue para a Comissão de Constituição e Justiça, que faz uma nova conferência com auxílio do relator, neste caso, João Henrique Blasi, e depois vai para o autógrafa do presidente da Casa.

Para Blasi, a apresentação de 82 emendas comprova que a Assembleia cumpriu o seu papel de aperfeiçoar os projetos que são enviados pelo Executivo.

Organizações Sociais

ontra 15, o par-
lamenta Substi-
tuto de Lei nº
Programa Esta-
Organizações
de acordo com
verno, é fomen-
to de atividades
reza social, de-
gãos ou entida-
ais, para pesso-
ito privado, de
s, cujas ativida-
o ensino, à pes-
lesenvolvimen-
teção e preser-
ente, à cultura,
te, à saúde e ao
ão.

ções terão que
tro de seu ato
do sobre a na-
is objetivos, fi-
nica, com obri-
timento de seus
os no desenvol-

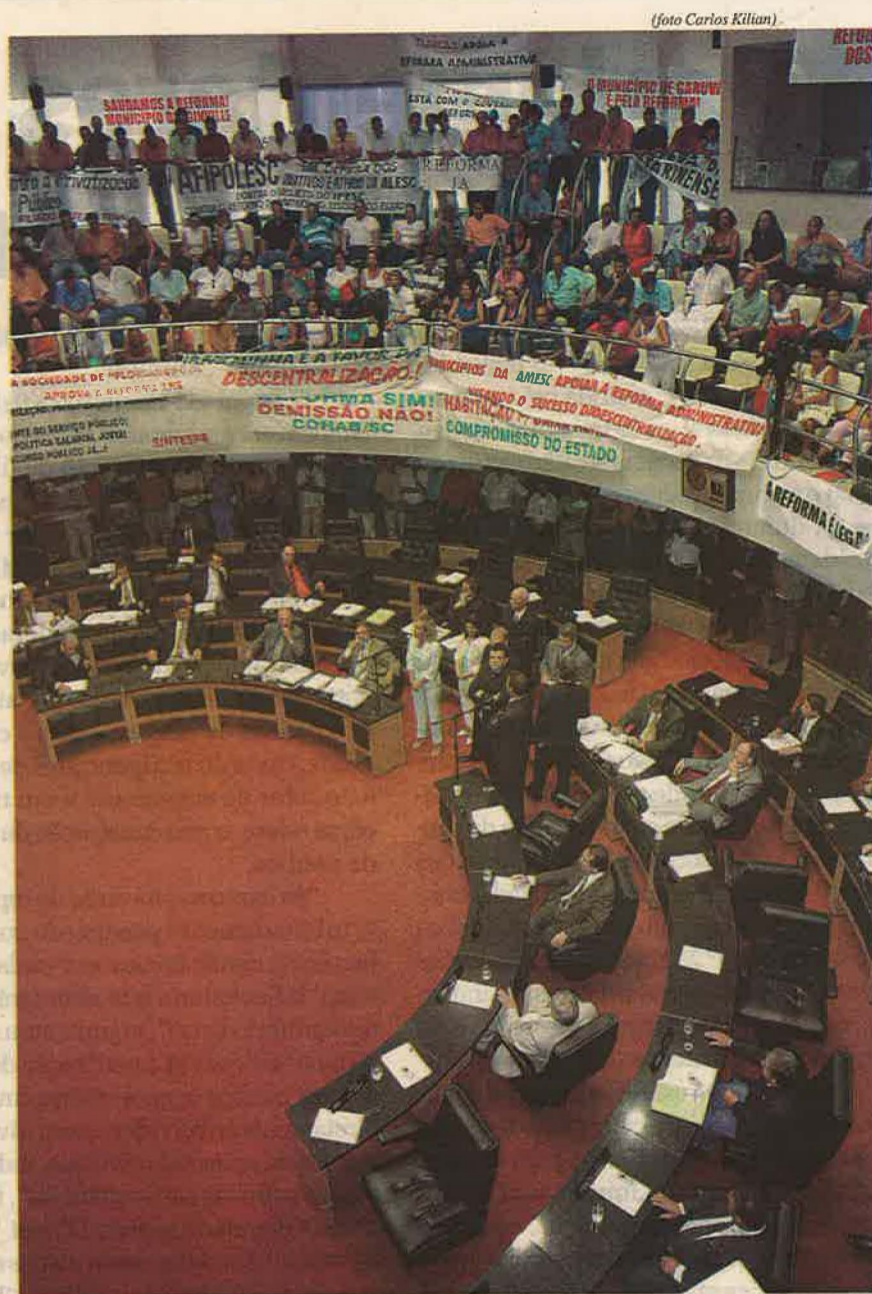
vimento das próprias atividades. Precisará ter um conselho administrativo e uma diretoria, além da obrigatoriedade de publicação anual, previsão de incorporação integral do patrimônio e excedentes financeiros de suas atividades. Será necessário ainda haver a aprovação do titular do órgão supervisor ou regulador da área de atividade correspondente.

Outra modificação instituída pela emenda substitutiva global determina que o contrato de gestão terá natureza jurídica de direito público e será firmado pelo secretário de Estado da área correspondente à atividade fomentada e pelo representante da entidade qualificada como Organização Social, com intervenção da Secretaria do Planejamento, com vistas à formação de parcerias entre as partes para fomento e execução de atividades relacionadas aos setores citados no programa.

Também foram assegurados às Organizações Sociais os créditos

previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão.

Parlamentares - De acordo com os deputados Afrânio Boppré (PT) e Dionei Walter da Silva (PT) há vários pontos polêmicos, principalmente os artigos 12 a 14. O artigo fala sobre a destinação de recursos orçamentários e bens públicos necessários. Já o Artigo 13 permite que os bens móveis públicos sejam permutados por outros de igual ou maior valor e, por último, o Artigo 14 diz que é facultada ao Poder Executivo a cessão especial de servidor para as organizações. "Essa matéria é incoerente porque esvazia a estrutura da máquina pública. No fundo, é uma terceirização precária. Sem contar o Artigo 12 que é, nada menos, do que a precarização do serviço público", argumentou Boppré. (GMP)



Projetos mais polêmicos foram votados no último dia da convocação extraordinária

Ipesc é transformado em Fundo de Aposentadoria

Com duas emendas modificativas, o Plenário aprovou no último dia da convocação extraordinária (11/02), o Projeto de Lei nº 02/05, que transforma o Ipesc em fundo de aposentadoria. A partir de agora a contribuição previdenciária ao Ipesc será realizada pelos servidores públicos efetivos e militares, ativos e inativos, pelo Poder Executivo, incluídas suas autarquias, fundações, poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público, TCE (Tribunal de Contas do Estado) e demais órgãos, todos com alíquota de 11%, calculada sobre a remuneração dos servidores ativos.

O projeto que transforma o Ipesc na única fonte pagadora das aposentadorias e pensões do Estado foi discutido em audiência pública no dia 25 de janeiro e causou muita polêmica. Ainda na audiência pública, o projeto foi acusado de ser ilegal e inconstitucional por alguns deputados, como Dionei Walter da Silva (PT), Paulo Eccel (PT) e Lício Mauro da Silveira (PP). Aprovada por 24 votos contra 14, a proposição foi a últi-

ma a ser votada antes da reforma administrativa.

Emendas - Modificação no Artigo 10º implica que a regulamentação desta lei será feita por lei complementar específica do governador, e não pelo Ipesc como na proposta original. Outra emenda modificativa, relativa ao Artigo 5º, visa ao estabelecimento de forma de execução dos pagamentos dos benefícios devidos aos servidores dos poderes Judiciário e Legislativo, do Ministério Público e do TCE. Fica estabelecido que os benefícios serão suportados não apenas pelo total das contribuições mas, principalmente, pelo produto da cobertura financeira a que estão obrigados pelos órgãos acima referidos, nos termos do Artigo 4º da proposição, e que sejam pagos aos inativos diretamente por esses órgãos, conforme sua vinculação. Isso sem prejuízo ao atendimento da exigência de identificação e consolidação dos demonstrativos financeiros e orçamentários relativos às despesas com a previdência dos servidores públicos. (GMP)

Parlamentares querem audiência pública para debater MP

Os reflexos que a Medida Provisória nº 232, de 30 dezembro de 2004, emitida pelo governo federal, pode trazer aos segmentos produtivos da economia catarinense provocou duas importantes reações na tarde do dia 16, durante a sessão plenária. O vice-presidente da Casa, deputado Herneus de Nadal (PMDB), apresentou a Moção nº 01/05, requerendo o envio de expediente ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), aos senadores e deputados federais, solicitando providências cabíveis, que visem à supressão e exclusão do Artigo 6º da MP, que aumenta os impostos de pessoas físicas e jurídicas, prestadoras de serviços, além da contribuição social sobre o lucro líquido dos pequenos e micro-empresários. Nadal também pretende criar um Fórum Estadual de Debates da MP nº 232 com o objetivo de reunir as entidades representativas da indústria, comércio, agricultura e prestadoras de serviços para debater os seus reflexos.

A MP 232/04 estabelece uma aumento de 25% na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para as empresas prestadoras de serviços, optantes pelo lucro presumido. A previsão é que o aumento da carga tributária varie entre 25% e 35,42%. Conforme Nadal, os setores do comércio e da indústria e agricultura estão apreensivos com a implantação dessa medida. "As entidades representativas desses segmentos encontram-se mobilizadas para impedir que tal medida seja implementada, sem antes passar por uma ampla discussão e supressão de alguns

artigos que atingem toda a cadeia produtiva brasileira", afirmou.

O deputado Francisco Küster (PSDB) também encaminhou ao Plenário um requerimento pedindo a criação de uma subcomissão de Finanças e Tributação, para o estudo da MP. Da tribuna, Küster comentou que já a partir de sua edição a MP repercutiu diretamente no custo da produção das empresas brasileiras prestadoras de serviços, manutenção de bens e imóveis, transporte, medicina (prestados por ambulatórios e bancos de sangue, casas e clínicas de saúde, casas de recuperação e de repouso), e no setor de engenharia e em tudo que a ela se refere, como construção de estradas e de prédios.

"As empresas haverão de repassá-lo ao já tributariamente penalizado consumidor brasileiro, dando início a um verdadeiro 'tsunami' inflacionário que afrontará o esforço de equilíbrio fiscal", argumentou. "Por isso, proponho desde já a realização de uma audiência pública com os setores empresariais diretamente envolvidos e com diversos segmentos da sociedade civil que, indiretamente, irão sofrer as conseqüências", finalizou.

O deputado petista Dionei Walter da Silva também defendeu a discussão da MP através de audiências públicas. "Esta não é uma medida de discussão simples e por isso precisamos debatê-la com todos os segmentos antes de enviar qualquer manifestação ao Congresso Nacional", argumentou. O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) sugeriu a criação de uma bancada, dentro da Casa, para discutir qualquer tipo de aumento tributário. (TK)

Ana Paula devolve salário

A deputada Ana Paula Lima (PT) declarou, durante a primeira sessão ordinária de 2005, no dia 16, que vai devolver os R\$ 25 mil que recebeu como salário pela convocação e desconvocação no período extraordinário de 11 de janeiro a 11 de fevereiro. Ao anunciar a devolução dos R\$ 25 mil do salário, Ana Paula fez referência aos 25 anos do Partido dos Trabalhadores, que foi comemorado no dia 10 de fevereiro.



Deputada Ana Paula Lima (PT)

45 dias. "Peço a ajuda dos deputados para acelerar a tramitação do projeto, que está sendo discutido desde março na Comissão de Constituição e Justiça e, portanto, prestes a completar um ano", declarou a deputada, anunciando que a partir de agora, em todas as manifestações, vai defender a redução do recesso "em todos os dias do meu mandato, para evitar que as convocações extraordinárias sejam remunera-

das". Ela citou ainda o pioneirismo do município de Guaraciaba na redução do recesso parlamentar e mais recentemente das cidades de Gaspar e Itajaí. No ano passado, Ana Paula também devolveu os valores recebidos pela convocação extraordinária. (MAP)

das". Ela citou ainda o pioneirismo do município de Guaraciaba na redução do recesso parlamentar e mais recentemente das cidades de Gaspar e Itajaí. No ano passado, Ana Paula também devolveu os valores recebidos pela convocação extraordinária. (MAP)

Guidi desabafa sobre expulsão

Expulso do PP (Partido Progressista) no último dia 21, o deputado Altair Guidi (PP) usou de seu tempo na tribuna, nas sessões plenárias da semana, para desabafar e manifestar sua indignação pela forma como o processo foi efetivado. Informado de sua expulsão através de terceiros e da imprensa, conforme relatou, Guidi disse que desconhecia que originou a decisão do partido.

"Não tenho a intenção de tecer comentários sobre o mérito e nem apresentar justificativas ao meu comportamento político. Dejo apenas abordar algumas considerações que, imagino, devam banalizar comportamentos entre um partido político e seus filiados", comentou.

O parlamentar fez um resumo de sua carreira política, iniciada no MDB, e depois, por influência de lideranças políticas de Criciúma, filiou-se à Arena, ainda nos anos 70. Foi eleito duas vezes prefeito de Criciúma e deputado estadual por três vezes. Nas últimas eleições, foi candidato a prefeito.

"Faço essa digressão para ressaltar que não sou nenhum neófito no Partido Progressista e muito menos uma ave de arribação que escolheu este partido apenas como forma passageira de auferir vantagens pessoais. No PP, tive grandes vitórias, grandes reveses eleitorais, muitas alegrias e tantas outras tristezas

que moldaram o meu maior patrimônio, que eu considero a minha maior virtude política: a minha coerência, a honestidade do meu comportamento político com os eleitores", afirmou.

Para o deputado, seu passado político merece o mínimo de consideração. "Não quero fazer desta tribuna o palanque da minha defesa. Mas não posso silenciar ante esta decisão do meu partido, que nos remete ao tempo da ditadura, com a decisão política ao arpejo do direito fundamental de qualquer ser humano, qual seja, o direito de defesa", argumentou.

Guidi diz que a questão não é discutir o assunto publicamente. "No que me concerne, não trarei a público nossas eventuais discussões, mas espero que o partido me dê a oportunidade de discutir com o máximo de honestidade e transparência", comentou. "Não será meia dúzia de pessoas que irá ofender minha história no partido", finalizou.

O deputado Onofre Agostini (PFL), em aparte, fez questão de solidarizar-se com Guidi, no que tange a sua atuação como político, eximindo-se de comentários sobre questões que definiu como "estritamente partidárias". Também em aparte, a deputada Odete de Jesus, além de salientar as qualidades do deputado, aproveitou para convidá-lo publicamente para ingressar no Partido Liberal: "Nosso partido está de braços abertos para recebê-lo". (TK)



Deputados Joares Ponticelli, líder do PP, e Altair Guidi, expulso do partido

Seca já atinge 70 municípios catarinenses

(fotos Janas Lemos Campos)

Até agora são mais de 70 municípios e 814 mil catarinenses sofrendo com a falta de água provocada pela estiagem. Em Campos Novos, segundo o deputado Romildo Titon (PMDB), a estiagem já causou inúmeros problemas, como a redução da produção do feijão, milho, soja e outros. "Só na minha cidade já foram perdidos 62% da produção de feijão, 40% da produção de milho, 42% da produção de soja, 38% da produção de leite e 20% de fumo. Sem falar nos avicultores e suinocultores", relatou Titon.

Além disso, os animais estão morrendo e os lucros foram perdidos. Há municípios com mais de 50% dos aviários fechados. Um relato detalhado já foi enviado ao governador com sugestões para a solução do problema. "É preciso mais caminhões-pipa, mais poços artesianos", disse o peemedebista. A reivindicação foi reforçada pelo pefelista Gelson Merísio, que visitou recentemente a região.

Em municípios como Nova Erechim, a estiagem já está causando problemas desde o início do mês. O decreto de emergência começou no dia 9 de fevereiro. "O setor cooperativista está muito apreensivo e as pessoas estão se desesperando. Até a uva já está sendo afetada e o setor vai começar a ter prejuízo. Temos que arrumar uma solução, e rápido", salientou o progressista Reno Caramori.

Lei - O retrato da calamidade provocada pela estiagem no Meio-oeste e Oeste foi mostrado através de imagens exibidas no telão do Plenário pelo deputado Pedro Baldissera (PT) - Padre Pedro.



Deputado Pedro Baldissera (PT)

Ele apontou o desequilíbrio ambiental como principal objeto de ação, através de lei e políticas para reverter a situação que vem se repetindo nos últimos anos, cada vez com maior intensidade. O petista citou o Projeto de Lei nº 370/04, que institui o Programa de Recuperação e Proteção das Matas Ciliares no Estado, com a finalidade de proteger as fontes e os cursos naturais de água, superficiais e subterrâneos, de ações que comprometam seu uso. A proposta aprovada pelos parlamentares foi vetada pelo governador, e Baldissera conclamou seus pares para derubar o veto." (GMP/TK)



Deputado Romildo Titon (PMDB)

Escola destaque

Segunda colocada no ranking do Ministério da Educação das melhores escolas públicas do país, a Escola Municipal Professora Anna Maria Harger, de Joinville, foi homenageada na sessão plenária do último dia 17, quando o deputado Francisco de Assis (PT) encaminhou moção, aprovada por unanimidade, a ser entregue à direção e à equipe daquele estabelecimento.

De acordo com o parlamentar, a atuação dedicada e esforçada dos funcionários, professores, alunos e pais levou esta escola a ser a única instituição catarinense a receber a congratulação, concorrendo com inúmeras outras. "A escola atende 925 alunos da 1ª à 8ª série e, dos 33 professores que constituem o corpo docente, 30 têm curso de pós-graduação, um está cursando e outros dois estão concluindo o ensino su-

perior, comprovando a qualidade e a dedicação. O segundo lugar, dentro de um ranking das dez melhores, enaltece o povo de Joinville e todos os catarinenses", completou.

Vigilância - Assis também mencionou uma moção elaborada pela vereadora petista Carmelina Barjona, na qual pede soluções urgentes para seis escolas do município de Joinville, que, segundo a Vigilância Sanitária, funcionam em prédios que apresentam sérios problemas para os estudantes. "Um vereador do PMDB mencionou meu nome, dizendo que este parlamentar também não toma as medidas cabíveis para este caso. Entretanto, quero esclarecer que este papel cabe ao governador do Estado e este vereador desqualificou o trabalho parlamentar, além de me ofender, já que eu não estava presente para defender-me", comentou Assis. (TK)

Moção contra aumento salarial dos deputados federais

No início da próxima semana, o deputado Afrânio Boppré (PT) inicia a coleta de assinaturas dos parlamentares da Alesc, para a moção que será encaminhada ao Congresso Nacional contra a intenção de aumentar os salários dos parlamentares federais, já anunciada pelo novo presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP/PE). "Essa é a principal plataforma de governo dele e se isso ocorrer haverá o 'efeito cadeia', considerando que o aumento salarial dos deputados federais incide sobre os deputados estaduais e sobre os vereadores", afirmou.

Boppré disse, na sessão ordinária do dia 23, que em todo o país há manifestações de "perplexidade e indignação" sobre esse assunto e já recebeu apoio de sua colega de partido, a deputada Ana Paula Lima. "Isso é uma imoralidade. Os 300 votos que o Severino Cavalcanti ganhou são os 300 picaretas a que o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva referiu-se anos atrás." A parlamentar concluiu seu aparte dizendo que os políticos não são iguais e que há moralização. "As câmaras de vereadores estão reduzindo o recesso parlamentar e a Assembléia Legislativa tem que aprovar isso." (RMPP)

Assassinatos

No dia 17, o deputado Reno Caramori (PP) lembrou o assassinato do sindicalista Olisses Stefani, em conflito pela posse de terra em Abelardo Luz e ocorrido no dia 16 de janeiro de 2004. O parlamentar citou também o assassinato da irmã Dorothy Stang, Stefani foi morto com um tiro na cabeça, há um ano, ao confrontar-se com um grupo de indígenas que obstruía a rodovia e ameaçava invadir propriedades rurais, inclusive a sua, localizada na SC-467.

Caramori contou que, na manhã do último dia 16, familiares e amigos fizeram um ato público, fechando parcialmente a SC-467, por quase duas horas. Cerca de mil pessoas, incluindo agricultores e lideranças rurais de várias regiões pediram mais rapidez à Justiça na elucidação do caso. Na manifestação foi discutida a criação da Comissão para Assuntos Indígenas da Faesc (Federação de Agricultura do Estado de Santa Catarina). Somente na área oeste do Estado, há cinco áreas em disputa.

O assassinato de Irmã Dorothy Stang, no dia 12, no Pará, encomendado por fazen-

deiros, madeireiros e grileiros da região, também mobilizou os parlamentares catarinenses. Na primeira sessão ordinária de 2005, o deputado Afrânio Boppré (PT) solicitou ao vice-presidente da Casa, deputado Herneus de Nadal (PMDB), que estava presidindo a Mesa, que fosse realizado um minuto de silêncio em homenagem à missionária. Em seguida, a deputada Odete de Jesus (PL) foi à tribuna falar sobre o assunto.

Irmã Dorothy foi assassinada por dois pistoleiros, com seis tiros, em uma área situada a 47 quilômetros da cidade de Anapu, região oeste do Pará. Ela caminhava em direção a um assentamento do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) onde se reuniria com camponeses, quando sofreu a emboscada.

"O trabalho da irmã Dorothy era um trabalho de doação de amor, de preservação do meio ambiente. Ela estava lá resgatando vidas e valorizando a família. Foi um assassinato bárbaro. Não foi o primeiro e não será o último. Mas espero que a partir de agora o governo preste mais atenção no assunto", concluiu. (GMP/TK)

Moção para salvar Grupo Chapecó

Moção de autoria do vice-presidente da Alesc, deputado Herneus de Nadal (PMDB), solicitando um acordo entre credores para evitar a falência do Grupo Frigorífico Chapecó, foi aprovada em Plenário na quarta-feira, 23. O grupo vem enfrentando dificuldades financeiras desde 1996, porém, em 2002 a situação piorou, deixando mais de 4.600 desempregados. A moção será encaminhada aos presidentes do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), BESC (Banco do Estado de Santa Catarina), Badesc (Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina) e

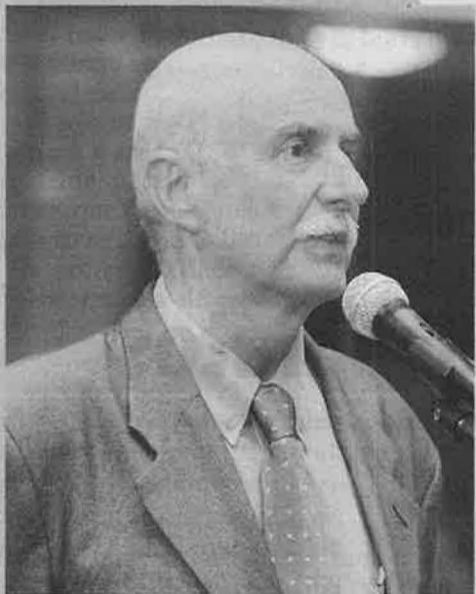


Deputado Herneus de Nadal (PMDB)

BRDES (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-sul).

“Os problemas no Grupo Chapecó atingiram direta e indiretamente mais de 20 mil pessoas”, lembrou Herneus. Em Xaxim, por exemplo, 64,93% da economia do município dependiam das atividades da empresa. Ele citou também que 7 milhões de cabeças de aves e suínos morreram nos últimos dois anos por falta de ração ou canibalismo entre os próprios animais. O deputado declarou que é preciso tentar evitar a falência do grupo. “A falência não permite que se mantenha os empregos.” (MAP)

Reforma política



Deputado Francisco Küster (PSDB)

Usando a eleição para a Presidência da Câmara dos Deputados como exemplo de um processo lento, cheio de equívocos e com “grandes negociações” promovidas nos bastidores, o deputado Francisco Küster (PSDB) voltou a defender da tribuna, na manhã do dia 17, a urgência da necessidade de uma reforma política no país. Para o parlamentar, a reforma dará consistência aos partidos políticos de maneira a serem respeitadas as instituições partidárias e inibindo situações como a troca de siglas ao sabor das conveniências.

“Que o mandato seja do partido. Se o Congresso Nacional não fizer esta reforma e o presidente da República não der um empurrãozinho, ela não acontecerá. Mas sua efetivação ajudará a banir os casuísmos hoje postos”, acredita. (SD)

Eleições em Ouro Verde

Os resultados da nova eleição para a prefeitura da cidade de Ouro Verde, Oeste do Estado, demonstrou que “as urnas fazem justiça”, conforme avaliação do deputado Onofre Agostini (PFL), em manifestação na sessão ordinária na tarde do dia 22. O pleito ocorreu no último domingo (20), já que o resultado da eleição de outubro foi anulado pela Justiça Eleitoral. O novo candidato eleito, Zeli da Luz, substituiu seu irmão, Sadi, na chapa da coligação (PP-PFL-PDT-PPS-PSDB), que havia sido eleito em outubro.

Sadi da Luz teve o mandato cassado por ter utilizado o Centro de Múltiplo Uso da cidade, um espaço público, em um comício realizado no dia 30 de setembro. “Mesmo tendo formalizado por escrito um pedido para usar o espaço”, contou Onofre. O TRE (Tribunal Regional Eleitoral) marcou uma nova data para a eleição e a coligação de Sadi lançou, então, seu irmão como novo candidato. Zeli teve o mesmo número de votos



Deputado Onofre Agostini (PFL)

que o irmão nas primeiras eleições: 1.040. “Quero mostrar a esta Casa que as urnas fazem justiça. A voz do povo se repetiu”, disse Onofre.

Severas - O caso de Ouro Verde foi usado como exemplo, pelo deputado Gelson Merísio (PFL), de que as decisões da Justiça Eleitoral que determinaram novos pleitos em alguns municípios catarinenses foram demasiadamente severas. Ele ponderou que, mesmo do ponto de vista jurídico, existem divergências, visto o resultado das votações mesmo entre os juízes eleitorais. Merísio disse que em alguns casos a população reconhece que não houve má-fé, crime ou uso da máquina pública e acredita na legitimidade do resultado.

Merísio comentou que o TRE irá julgar caso semelhante ao de Ouro Verde, em relação ao município de Águas de Chapecó, no Oeste, onde o candidato eleito é acusado de usar recursos públicos. “Não houve interferência do uso da máquina pública”, garante. (MAP/SD)



Deputado Gelson Merísio (PFL)

Requerimentos

Expedientes requeridos em 19 de janeiro:

- Ao diretor geral do Porto de São Francisco do Sul, solicitando cópia do Processo 001/2005 referente ao Terminal Babitonga S/A e cópia do contrato realizado com a empresa Clèmerson Merlin Clève Advogados Associados;

- Ao governador do Estado, solicitando cópia do parecer da Procuradoria Geral do Estado, processo SEAP 7657/021. Também pede que informe se o pagamento autorizado pela Resolução nº 1/04 foi realizado pela Secretaria da Administração;

- Ao presidente do Tribunal de Contas do Estado, solicitando cópias integrais do Termo Aditivo nº 122/04 e do contrato, realizados com a empresa Ponte Aérea Viagens e Turismo Ltda e do processo de licitação – convite nº 130/04;

- Ao governador do Estado e à Celesc, solicitando cópia do contrato de compra do edifício-sede;

- Ao diretor – presidente da Invesc, solicitando cópias do processo de licitação 7943/040 e do contrato realizados com as empresas Fitch Ratings Brasil Ltda, SR Rating/Duff & Phelps Credit Ratings Brasil Ltda e Vieira, Rezende, Barbosa e Guerreiro Advogados;

- Ao governador do Estado, solicitando cópia do processo de licitação, aviso de licitação nº 437/04, realizado com a empresa Inco-san Engenharia Ltda, referente à pavimentação do estacionamento do edifício-sede da Casan;

- Ao governador do Estado, solicitando à Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão cópias do processo de dispensa de licitação nº 18/04 e do contrato de prestação de serviços nº 22/04. Todos são de autoria do deputado Antônio Carlos Vieira (PP).

Expedientes requeridos em 15 de fevereiro:

- Do deputado Genésio Goulart (PMDB), à Rádio Luz e Vida, de Orleans, cumprimentando pelos 15 anos de fundação; ao CDL de Tubarão, cumprimentando pela decoração natalina de 2004, e ao restaurante Dom Camilo, de Tubarão, cumprimentando pela inauguração das novas instalações.

- Do deputado Reno Caramori (PP), ao prefeito e presidente da Câmara Municipal de Tangará, felicitando-os pelo aniversário do município.

Expedientes requeridos em 16 de fevereiro:

- Do deputado Sérgio Godinho (PTB), ao superintendente da Caixa Econômica Federal em Santa Catarina, solicitando informações sobre a arrecadação de valores provenientes das loterias federais, em cada município catarinense nas últimas quatro semanas.

- Do deputado Antônio Aguiar (PFL), ao Ministério dos Transportes e à coordenadoria da 16ª UNIT/DNIT, solicitando agilização na tramitação do processo referente ao projeto já existente sobre melhorias na SC-280, trecho entre Corupá e Canoinhas.

Obras na BR-101

As obras de duplicação do lote 28 da BR-101, entre os municípios de Criciúma e Araranguá, tiveram início na segunda-feira (21) à tarde, fato que fez os parlamentares do sul do Estado comemorarem. Entretanto, para o deputado Manoel Mota (PMDB) este é um momento mais do que especial, e ele foi à tribuna, na tarde do dia 22, terça-feira, ex-

pressar seu contentamento.

O parlamentar fez uma síntese das várias etapas que as obras de duplicação da 101, trecho sul, desenvolveram até aqui. Mota referiu-se aos 24 quilômetros da rodovia, entre os municípios de Criciúma e Araranguá, somando-se três lotes com obras em andamento. Os outros dois lotes estão localizados nos municípios de Sangão e Paulo Lopes, em Santa Catarina.

O deputado Nilson Gonçalves (PMDB) elogiou a luta do deputado Mota. "Percebemos a emoção em suas palavras. Graças a sua luta, e aos demais deputados que trabalharam para essa duplicação sair, as máquinas estão roncando e espero que agora elas não parem mais." (TK)



Deputado Manoel Mota (PMDB)

Fumicultores

Ao ocupar a tribuna na manhã de quinta-feira (17), o deputado Manoel Mota (PMDB) manifestou preocupação sobre o projeto de lei que tramita no Senado, proibindo o plantio de fumo no Brasil. "Isso significa 400 mil desempregos em todo o país - 200 mil em Santa Catarina - principalmente na região sul do Estado. Um produtor que tem entre 8 e 10 hectares de fumo consegue sobreviver. Plantando outro produto, isso não é possível", afirmou o parlamentar.

Mota disse também

que o fumo brasileiro é um dos melhores do mundo e que 90% da produção nacional são exportados. "Se essa lei for aprovada, o consumo não vai acabar, porque o cigarro entrará no país via Paraguai, deixando nosso dinheiro lá fora", alertou.

Num encontro previsto para os próximos dias, no município de Araranguá, sul do Estado, Mota deverá reunir fumicultores e sindicatos de trabalhadores rurais para a elaboração de um documento que será levado a Brasília, para tentar impedir a aprovação. (RMPP)

Poluição em Itapema



Deputado Jorginho Mello (PSDB)

A poluição crescente nas praias de Itapema, assim como a construção civil desenfreada no município, estão preocupando o líder dos tucanos, deputado Jorginho Mello. Durante a sessão plenária de terça-feira (22), o parlamentar sugeriu a realização de uma audiência pública para debater o problema.

O deputado lembrou que está acompanhando a situação do município há bastante tempo, pois há 20 anos possui uma casa no balneário. "Precisamos promover um encontro para debater a qualidade da água em Itapema, seja ela para a pesca, consumo ou mesmo para banho", comentou.

O deputado Sérgio Godinho (PTB) lembrou que o Gerenciamento Costeiro, assunto tratado em 2004 pela Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, cujo presidente atual é o deputado Reno Caramori (PP), já realizou audiências públicas em várias cidades litorâneas. Nesses encontros foram debatidos fatos referentes ao meio ambiente e ao crescimento dos municípios. (TK)

DOS GABINETES

Esporte

O deputado estadual Vanio dos Santos (PT) obteve a garantia do ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, que será incluída no Orçamento deste ano a verba para a construção de duas quadras poliesportivas cobertas - uma no município de Gravatal, na comunidade de Pouso Alto, e outra em Tubarão, atendendo pleito da Comissão Municipal do Bem-estar do Menor. Trata-se de uma entidade filantrópica e sem fins lucrativos, cujo objetivo é o atendimento de crianças e adolescentes da região dos municípios de Tubarão e Capivari de Baixo. (GP)

Escritório

O deputado Joares Ponticelli (PP) encaminhou pedido ao governo do Estado no sentido de transformar o escritório da Fatma, em Tubarão, em Coordenadoria. Ponticelli lembrou da importância de Tubarão como cidade-pólo da Amurel e do aumento da demanda de trabalho na área ambiental, que procede de todos os municípios que compõem aquela região. (JCR)

UPM

Empossado como presidente da UPM (União dos Parlamentares do Mercosul), durante encontro em Buenos Aires em dezembro do ano passado, o deputado Celestino Secco (PP) vem defendendo a construção de uma identidade cultural entre os países do Mercosul. O parlamentar anuncia que, no mês de abril, será realizado evento da UPM em Florianópolis. (MT)

Campanha

"Fale agora ou pague para sempre" é o slogan da campanha lançada pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT) contra a cobrança da assinatura básica de telefone fixo. Na região de Jaraguá do Sul, 19 associações de moradores, sindicatos de trabalhadores e diretórios municipais do PT estão coletando assinaturas em abaixo-assinado, pedindo que os deputados estaduais derrubem o veto do governador ao projeto do deputado Paulo Eccel (PT), assinado pela bancada petista, que proíbe a cobrança da tarifa, aprovado na Assembleia Legislativa no mês de dezembro. (LC)

Cidasc

Através de emenda à Reforma Administrativa, de autoria do deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), fica a Cidasc (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina) autorizada a criar em sua estrutura funcional o cargo de inspetor agropecuário. A nova função deverá ser ocupada por profissional de nível superior da área de Medicina Veterinária ou Agronomia. Também, segundo a emenda, será criada a função de auxiliar de inspetor agropecuário, que deverá ser ocupada por profissional de nível médio ligado às ciências agrárias. (PS)

Meio ambiente

O deputado Afrânio Boppré (PT) está propondo a regulamentação do plantio de espécies exóticas, como pinus e eucalipto, através do Projeto de Lei nº 27/05. O projeto determina que os reflorestamentos com estas espécies obedçam ao Zoneamento Agroecológico e Socioeconômico do Estado de Santa Catarina, elaborado pela Epagri. Também não devem ocupar zonas de amortecimento de Unidades de Conservação de Proteção Integral - a faixa de terra que se situa entre a lavoura e a reserva de mata na propriedade -, nem áreas de reserva legal ou Área de Preservação Permanente. A extração das florestas plantadas deverá ser precedida de licença de órgão ambiental do Estado, responsável, também, pela implementação e supervisão dos programas de reflorestamento previstos por este projeto. (CR)

Plano Estadual de Educação

O governo ainda não remeteu ao Legislativo a proposta final do Plano Estadual de Educação, que foi concluída em março do ano passado. "Está há um ano na gaveta", criticou o deputado Afrânio Boppré (PT). Ele pediu ao líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), que interfira junto ao Executivo para que remeta ao Legislativo o projeto de lei referente ao Plano.

Presidente do Fórum Parlamentar do Plano Estadual da Educação, Boppré destacou que o Plano Nacional de Educação determina que cada Estado, bem como seus municípios, tenham seus próprios planos. "Precisamos erradicar o analfabetismo e qualificar os professores. Para alcançar isso tem que haver uma sintonia entre as esferas municipal, estadual e nacional." (MAP)



Deputado Afrânio Boppré (PT)

Os alicerces da solidariedade

Tatiana Kinoshita

O Grupo Escola Irmão Delmiro, entidade sem fins lucrativos localizada no bairro Estreito, em Florianópolis, é a concretização de um sonho para Lourdes Maria Alves Pereira, uma "trabalhadora de Jesus", como ela mesma se define. Presidente deste grupo há 35 anos, esta senhora de poucas palavras foi enfática logo nas primeiras declarações dirigidas à equipe do *AL Notícias*. "Precisamos de toda ajuda possível para continuar com nosso trabalho", afirmou.

A preocupação de Lourdes procede. Não é fácil conseguir recursos para manter toda a enorme estrutura que possui a casa, de ajuda aos carentes, mesmo com o auxílio de 400 voluntários. "Isso aqui é a minha vida. Escolhi me dedicar ao trabalho com carentes, principalmente crianças. O meu sonho é ampliar a creche e ajudar os pais que não têm onde deixar seus filhos para irem trabalhar."

Apesar do Grupo Escola Irmão Delmiro ser uma entidade sem fins lucrativos, em 1999, com a abertura da creche, foi necessário efetivar alguns servidores. "Contamos com uma ajuda da prefeitura que nos enviou as professoras para a educação das crianças. O ensino precisa ser de qualidade. Já somos considerados de utilidade pública, tanto estadual quanto municipal, mas falta na área federal. Assim, poderemos receber ajuda financeira direto de Brasília", comentou Lourdes.

A professora Eliane Ventura conta que o material didático utilizado em sala de aula

também é doado. "Precisamos de vários tipos de doações de cadernos, lápis, livros e roupas de bebês, pois atendemos crianças realmente pobres e toda ajuda é bem-vinda", informou. A intenção é atender a toda a comunidade, mas isso ainda não é possível. "Nossa fila de espera é de 90 crianças", completou.

Há dois anos como voluntária na área pedagógica, Cristiane Lopes vai ao local uma vez por semana. Seu trabalho é dar atenção e brincar com as crianças. "Depois que me tornei voluntária senti uma evolução tanto moral quanto espiritual. Existe uma troca muito importante, para as crianças e principalmente para mim", afirmou.



Trabalho realizado pelo Grupo conta com ajuda de 400 voluntários, mas isso não é suficiente



Lourdes Maria Alves Pereira

Cinco andares de solidariedade

Em cada andar do pequeno edifício funciona um departamento, cujo objetivo é ajudar alguém. No térreo ficam a cozinha industrial e o refeitório para as crianças que participam de um projeto, todos os sábados, para retirá-las das ruas. Ao todo, 150 menores carentes vão ao local para praticar atividades junto a educadores voluntários. As crianças ainda recebem lanche e jantar antes de retornar para suas casas. "Nossa meta é tirar todas as crianças aqui da vizinhança, do Morro da Caixa, pois sabemos que elas estão se en-

volvendo em pequenos delitos desde cedo, já aos 7, 8 anos", informou.

No primeiro andar existem diversas salas para trabalhos manuais e também um espaço onde funcionam a Escola Dominical e salas de orientação para menores que procuram o Grupo. Eles são atendidos nos finais de semana.

O segundo andar pode ser considerado o maior orgulho de dona Lourdes, pois é onde funciona a creche com 60 crianças, composta de quatro salas de aula, refeitório, sala de professores, banheiros,

cozinha, secretaria, área de serviço e três depósitos.

No terceiro andar é onde ocorrem as arrecadações de recursos para manter as atividades normais, com ambulatório, lanchonete, farmácia e lojas de trabalhos manuais. "Contamos com a ajuda de voluntários, como dentista e cardiologista, que atendem adultos carentes aos sábados, com consulta marcada", explicou Lourdes.

As palestras, realizadas diariamente, ocorrem no quarto andar, em um auditório com capacidade para 150 pessoas sentadas.



Cada andar do edifício abriga um departamento, como a creche e lojas de trabalhos manuais

Idosos recebem cestas básicas

Os idosos também têm um lugar de destaque na lista de ajudas do Grupo. A cada primeiro domingo de cada mês uma equipe de voluntários faz uma visita ao Lar de Zulma, entidade que atende a idosos carentes.

Já no segundo domingo de cada mês, os voluntários entregam uma cesta básica a 70 idosos ca-

dastrados. As cestas custam em média R\$ 20 e o dinheiro é obtido através de bingos e campanhas de arrecadação que o Grupo organiza.

Doações - Quem estiver interessado em doar roupas, comidas, leite, material escolar ou mesmo dinheiro deve entrar em contato com a dona Lourdes no fone (48) 244-1016.